



**PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO
FARMACOTERAPÊUTICO:
INTERVENÇÕES FARMACÊUTICAS**

UNIVASF

Hospital Universitário

EBSERH

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

Superintendente - Ronald Juenyr Mendes

Gerente Administrativo - Roberto Rivellino Almeida de Miranda

Gerente de Atenção à Saúde - Luiz Otávio Nogueira da Silva

Gerente de Ensino e Pesquisa - Ricardo Santana de Lima

Chefe do Setor de Farmácia Hospitalar - Felipe Santana de Medeiros

Chefe da Unidade de Abastecimento Farmacêutico – Hirlla Karla de Amorim

Chefe da Dispensação Farmacêutica – Marcilene Augusta Nunes de Souza

Chefe da Farmácia Clínica - Izabella Maria Pereira Virgínio Gomes

Izabella Maria Pereira Virgínio Gomes (org.)

Odara Luna Pacheco Lima (org.)

Raissa de Lima Reis (org.)

PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO FARMACOTERAPÊUTICO:

INTERVENÇÕES FARMACÊUTICAS

1º edição

**Petrolina – PE
HU-UNIVASF
2019**

Hospital de Ensino da Universidade Federal do Vale do São Francisco - HU-UNIVASF

Protocolo de acompanhamento farmacoterapêutico: intervenções farmacêuticas

ISBN: 978-85-92656-17-1

Izabella Maria Pereira Virgínio Gomes

Graduada em Ciências Farmacêuticas pela UFPE, Especialista em Farmacologia Clínica pelo IBPEX, Especialista em Saúde da Família pela UPE/FCM (Residência Multiprofissional e Integrada em Saúde da Família (RMISF), Especialista em Gestão em Saúde pela (SEAD) da UNIVASF, Especialista em Processos Educacionais na Saúde (IEP/HSL), Especialista em Farmácia Clínica e Hospitalar (UNINTER), Mestranda em Ciências da Saúde e Biológicas (UNIVASF).

Odara Luna Pacheco Lima

Graduada em Farmácia pela UNIVASF, Especialização em andamento em Intensivismo pela UNIVASF (Residência Multiprofissional em Intensivismo), Especialização em andamento em Farmácia Clínica e Hospitalar (UNINTER).

Raissa de Lima Reis

Graduada em Farmácia pela UNIVASF, Especialização em andamento em Intensivismo pela UNIVASF (Residência Multiprofissional em Intensivismo), Especialização em andamento em Farmácia Clínica e Hospitalar (UNINTER).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P967 Protocolo de acompanhamento farmacoterapêutico: intervenções farmacêuticas
[recurso eletrônico] / Organizado por Izabella Maria Pereira Virgínio
Gomes, Odara Luna Pacheco Lima e Raissa de Lima Reis. – Petrolina, PE: HU
UNIVASF, 2019.
25 p.: il.

ISBN978-85-92656-17-1

1. Acompanhamento farmacoterapêutico - protocolo. 2. Farmacoterapia.
3. Farmacologia. 4. Intervenção farmacêutica. 5. Farmácia clínica. I. Gomes,
Izabella Maria Pereira Virgínio. II. Lima, Odara Luna Pacheco. III. Reis,
Raissa de Lima. IV. Título. III. Hospital de Ensino da Universidade Federal
do Vale do São Francisco.

CDD 615.58

ORGANIZADORES

IZABELLA MARIA PEREIRA VIRGÍNIO GOMES - FARMACÊUTICA EBSEH
ODARA LUNA PACHECO LIMA – FARMACÊUTICA RESIDENTE EM INTENSIVISMO
RAISSA DE LIMA REIS – FARMACÊUTICA RESIDENTE EM INTENSIVISMO

COLABORADORES

FELIPE SANTANA DE MEDEIROS – FARMACÊUTICO CHEFE DO SFH
KARINA SHAYENE DUARTE DE MORAES – FARMACÊUTICA RESIDENTE EM INTENSIVISMO
MARIANA AMORIM ALVES- FARMACÊUTICA RESIDENTE EM INTENSIVISMO

EDIÇÃO

MATEUS GONÇALVES FERREIRA DOS SANTOS

ELABORAÇÃO

Equipe da Farmácia Clínica do HU-UNIVASF

IZABELLA MARIA PEREIRA VIRGÍNIO GOMES - FARMACÊUTICA EBSERH

Graduada em Ciências Farmacêuticas pela UFPE, Especialista em Farmacologia Clínica pelo IBPEX, Especialista em Saúde da Família pela UPE/FCM (Residência Multiprofissional e Integrada em Saúde da Família (RMISF), Especialista em Gestão em Saúde pela (SEAD) da UNIVASF, Especialista em Processos Educacionais na Saúde (IEP/HSL), Especialista em Farmácia Clínica e Hospitalar (UNINTER), Mestranda em Ciências da Saúde e Biológicas (UNIVASF).

ODARA LUNA PACHECO LIMA – FARMACÊUTICA RESIDENTE EM INTENSIVISMO

Graduada em Farmácia pela UNIVASF, Especialização em andamento em Intensivismo pela UNIVASF (Residência Multiprofissional em Intensivismo), Especialização em andamento em Farmácia Clínica e Hospitalar (UNINTER).

RAISSA DE LIMA REIS – FARMACÊUTICA RESIDENTE EM INTENSIVISMO

Graduada em Farmácia pela UNIVASF, Especialização em andamento em Intensivismo pela UNIVASF (Residência Multiprofissional em Intensivismo), Especialização em andamento em Farmácia Clínica e Hospitalar (UNINTER).

FELIPE SANTANA DE MEDEIROS - FARMACÊUTICO CHEFE DO SFH

Graduado em Ciências Farmacêuticas pela UNIVASF, Especialista em Direito Administrativo pela Estácio de Sá, Mestrando em Biociências (UNIVASF).

KARINA SHAYENE DUARTE DE MORAES – FARMACÊUTICA RESIDENTE EM INTENSIVISMO

Graduada em Farmácia pela UNIVASF, Especialista em Farmácia Clínica e Hospitalar (UNINTER), Especialização em andamento em Intensivismo pela UNIVASF (Residência Multiprofissional em Intensivismo).

MARIANA AMORIM ALVES- FARMACÊUTICA RESIDENTE EM INTENSIVISMO

Graduada em Farmácia pela UNIVASF, Especialista em Farmácia Clínica e Hospitalar (UNINTER), Especialização em andamento em Intensivismo pela UNIVASF (Residência Multiprofissional em Intensivismo).

EDIÇÃO

Mateus Gonçalves Ferreira dos Santos
Relações-públicas - Unidade de Comunicação Social

Novembro de 2019

COLABORADORES

SETOR DE FARMÁCIA HOSPITALAR

Felipe Santana de Medeiros

ELABORAÇÃO

Izabella Maria Pereira Virgínio Gomes

Odara Luna Pacheco Lima

Raissa de Lima Reis

Karina Shayene Duarte de Moraes

Mariana Amorim Alves

REVISÃO TÉCNICA

Felipe Santana de Medeiros

REVISÃO E FORMATAÇÃO

Thiago Magalhães Amaral

Sofia Bonfim Alves Palhares

CAPA

Mateus Gonçalves Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 DEFINIÇÃO	10
3 OBJETIVOS	11
4 ABRANGÊNCIA	11
5 PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	11
6 MATERIAIS	11
7 DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO.....	11
8 INDICAÇÕES.....	17
9 LIMITAÇÕES	17
10 REGISTRO	17
11 RISCOS RELACIONADOS.....	18
12 FLUXOGRAMA INTERVENÇÕES FARMACÊUTICAS	19
BIBLIOGRAFIA	20
APÊNDICE A.....	24

1 INTRODUÇÃO

As instituições de saúde têm uma preocupação cada vez maior com a segurança e a qualidade do atendimento prestado ao paciente. Neste sentido, medidas preventivas têm sido implantadas por meio de intervenções clínicas, tais como a detecção e prevenção de problemas relacionados a medicamentos (PRMs). Os PRMs abrangem todas as ocorrências envolvendo a terapia medicamentosa que possam gerar danos à saúde, incluindo as reações adversas a medicamentos (RAMs) e os Erro de Medicação (EM). Os serviços de saúde trabalham para prestar um cuidado seguro e de alta qualidade, todavia podem acontecer danos de forma imprevista. Os profissionais de saúde devem trabalhar com a finalidade de minimizar riscos e manter a segurança do paciente (OMS, 2016).

O farmacêutico clínico atua junto à equipe multiprofissional, prevenindo, detectando e resolvendo os problemas relacionados à terapia, tanto no período de internação, como na alta hospitalar. As atribuições clínicas do farmacêutico com o objetivo de promover o uso racional de medicamentos e otimizar a farmacoterapia, visam alcançar resultados definidos que melhorem a qualidade de vida do paciente. A sua atuação, no âmbito hospitalar tem o intuito de diminuir as diferenças entre regimes terapêuticos pré e pós-hospitalização, reduzir o surgimento de eventos adversos relacionados a medicamentos e diminuir a necessidade de novas internações. A comunicação efetiva entre a equipe também é imprescindível para minimizar a ocorrência de erros, já que as equipes médicas, de enfermagem e de farmácia executam funções interdependentes no ciclo da utilização do medicamento (CFF, 2016; CFF, 2017; LIMA, et al., 2016; OLIVEIRA, et al., 2016; SILVA, et al., 2007).

A literatura científica aponta que as intervenções farmacêuticas melhoram as práticas de medicação. Em uma *overview* de Santos e colaboradores (2019) demonstrou-se que, na adequação da polifarmácia em idosos, houve envolvimento de intervenções complexas que resultaram na otimização da sua farmacoterapia. Em outra pesquisa foi evidenciado que pacientes em uso de terapia anticoagulante acompanhados pelo farmacêutico alcançaram os valores desejados de INR (relação normatizada internacional) mais rapidamente, quando comparados àqueles submetidos ao cuidado usual, sem intervenções farmacêuticas ($p < 0,002$), além de terem apresentado menos eventos hemorrágicos ($p < 0,01$) (JACKSON et al., 2004).

Outros estudos reportam a efetividade da atuação farmacêutica no acompanhamento de pacientes com asma. Estes concluem que os farmacêuticos podem contribuir para o aumento de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades no manuseio dos dispositivos inalatórios e para a melhora nos resultados clínicos e na qualidade de vida dessas pessoas (MANGIAPANE et al., 2005; SAINI; KRASS; ARMOUR, 2004; MCLEAN; GILLIS; WALLER, 2003; BARBANEL; ELDRIDGE; GRIFFITHS, 2003; EMMERTON; SHAW; KHEIR, 2003; HERBORG et al., 2001a, 2001b; SCHULZ et al., 2001; KHEIR; EMMERTON; SHAW, 2001).

De modo geral, observou-se que as inadequações das prescrições e o número de eventos adversos relacionados a medicamentos reduziram, o que reforça a importância da realização dessa atividade, principalmente no ambiente hospitalar. As intervenções farmacêuticas podem ser provenientes dos serviços como: acompanhamento farmacoterapêutico, revisão da farmacoterapia, monitorização terapêutica, conciliação de medicamentos, entre outros. Além disso, quando documentada, permite a avaliação da qualidade das intervenções por meio de indicadores, os quais podem ser utilizados para demonstrar a contribuição do farmacêutico na assistência e comparar os dados com outras instituições, visando melhorias de processos. Portanto, as intervenções farmacêuticas, contribuem com a tomada de decisão sobre a otimização da farmacoterapia para dar continuidade ao cuidado do paciente, devendo ser fundamentadas em evidências científicas (CFF, 2016; CFF, 2017; LIMA, et al., 2016; OLIVEIRA, et al., 2016; PATTERSON, 2012).

2 DEFINIÇÃO

Existe na literatura diferentes definições para intervenções farmacêuticas, segundo o Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica (2002) a intervenção farmacêutica é definida como: “um ato planejado, documentado e realizado junto ao usuário e aos profissionais de saúde, que visa resolver ou prevenir problemas que interferem ou podem interferir na farmacoterapia, sendo parte integrante do processo de acompanhamento farmacoterapêutico”. Já segundo o *Pharmaceutical Care Network Europe Foundation (PCNE)* (2009) é definida como “situações em que o farmacêutico detecta a possibilidade de ocorrência de problemas relacionados a medicamentos”. Por sua vez, o Conselho Federal de Farmácia (CFF), em 2013, definiu intervenção farmacêutica, como: “Ato profissional planejado, documentado e realizado pelo farmacêutico, com a finalidade de otimização da farmacoterapia, promoção, proteção e recuperação da saúde, prevenção de doenças e de outros problemas de saúde”. Nesse sentido, tais definições se complementam ao afirmarem que a intervenção farmacêutica deve ser um ato documentado, presumindo o contato entre o farmacêutico e demais profissionais de saúde com a finalidade de resolver problemas relacionados a farmacoterapia, além disso a definição do CFF ainda amplia o escopo dessa atividade ao incluir a promoção a saúde como parte integrante.

Os PRMs são definidos pelo o II Consenso de Granada (2002), como “problemas de saúde entendidos como resultados clínicos negativos, que envolvam ou suspeita-se de estarem relacionados com a farmacoterapia e que interferem de maneira real ou potencial no resultado terapêutico ou levam a efeitos indesejados”. A identificação de PRMs segue o princípio de necessidade, efetividade e segurança, próprios da farmacoterapia. Os PRMs estão relacionados a Reações Adversas a Medicamentos (RAMs), consideradas não evitáveis e que sempre produzem dano ao paciente, ou Erros de medicação, considerados evitáveis e que podem ou não causar danos ao paciente (JANEIRO, et al., 2008).

3 OBJETIVOS

As intervenções farmacêuticas têm a finalidade de alcançar bons resultados relacionados à farmacoterapia, por meio da promoção, da prevenção e/ou resolução de problemas da terapia medicamentosa, com eficiência e qualidade na atenção à saúde e colaborar com outros profissionais de saúde para que o paciente possa alcançar a máxima efetividade terapêutica (CFF, 2016; SANTOS, et al; 2007).

Dessa forma, o presente protocolo tem como objetivos:

- Contribuir para a qualificação dos farmacêuticos do serviço na prática das intervenções farmacêuticas;
- Orientar sobre a finalidade das intervenções, além de procurar, identificar, prevenir e resolver os resultados negativos associados à terapia reais e/ou potenciais;
- Colaborar para o entendimento do profissional farmacêutico sobre a finalidade e preenchimento do instrumento de intervenções farmacêuticas, para que por meio desse possa ser realizado o raciocínio clínico sobre o paciente, promovendo uma investigação acerca dos medicamentos prescritos,
- Nortear sobre a importância da documentação dos serviços farmacêuticos, quanto as atitudes tomadas para o benefício dos pacientes.

4 ABRANGÊNCIA

Todos os setores assistenciais do Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco (HU-UNIVASF).

5 PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

O presente protocolo deverá ser aplicado pelos farmacêuticos e estagiários, atuantes na Farmácia Clínica, do Setor de Farmácia Hospitalar (SFH) do HU-UNIVASF, abrangendo também toda a equipe de saúde corresponsável pelo cuidado ao paciente.

6 MATERIAIS

Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU), receituário próprio da instituição, computador, impressora, prancheta, papel e caneta.

7 DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Os farmacêuticos da Farmácia Clínica devem analisar de forma aprofundada os medicamentos prescritos. Após essa análise, em casos de identificação de PRMs, faz-se necessário realizar a intervenção farmacêutica e documentá-la por meio do preenchimento de instrumento próprio (APÊNDICE A).

O instrumento de intervenções é aplicado aos pacientes internados na UCISIN (denominação utilizada no HU-UNIVASF para se referir à Unidade de Terapia Intensiva) ou Sala de Cuidados Intermediários, setores nos quais os usuários são acompanhados diariamente, de forma minuciosa, por meio do Acompanhamento Farmacoterapêutico (descrito no Protocolo 2 – Protocolo de Acompanhamento Farmacoterapêutico). Nesse instrumento (APÊNDICE A), o farmacêutico pode além de identificar os PRM, descrever o manejo realizado para resolução de cada um deles.

O primeiro campo do instrumento é referente à identificação do profissional responsável pela realização da intervenção. Para melhor compreensão do instrumento, ele foi subdividido em seções, agrupadas de acordo com os tipos de informações que serão coletadas:

- DADOS DO PACIENTE

Registram-se informações referentes ao paciente, como: nome completo, cidade/estado de residência, leito de internação, idade e número de prontuário.

- PROBLEMAS RELACIONADOS A MEDICAMENTOS (PRMs)

Nesta seção o farmacêutico deve marcar quais os PRMs identificados. Os PRMs abrangem todas as ocorrências relacionadas a terapêutica que possam gerar danos à saúde, não sendo necessária a real ocorrência de efeitos indesejados no paciente. Portanto, incluem Reações Adversas a Medicamentos (RAMs), que são não evitáveis e causam danos ao paciente, além dos passíveis de prevenção, caracterizados como Erro de Medicação (EM) (ROSSO, et al., 2009).

As RAMs são caracterizadas como qualquer efeito prejudicial ou indesejado que se apresenta após a administração de medicamentos em doses normalmente utilizadas no homem para profilaxia, diagnóstico ou tratamento de uma doença, ou com o objetivo de modificar uma função biológica (ANACLETO et al., 2005; ROSA et al., 2008; WHO, 2002;).

O EM é definido como “qualquer erro que ocorra durante o processo de prescrição e utilização do medicamento” (OMS, 2016). São ocorrências comuns, todavia, podem assumir dimensões clinicamente significativas que podem levar a importantes agravos, com repercussões econômicas e sociais, principalmente quando relacionadas com medicamentos potencialmente perigosos (ROSSO, et al., 2009).

Os EM podem ser ocasionados por profissionais de saúde, pelo ambiente, pelos cuidadores e pelo próprio paciente, e se relacionam aos procedimentos e sistemas da prática profissional em saúde, que abrangem: a prescrição, rotulagem, dispensação, distribuição, administração e adesão do paciente, entre outros. Dentre eles, pode-se destacar (BRASIL, 2012):

- Erros de prescrição: definidos como erros de decisão ou de redação, não intencionais, que podem reduzir a probabilidade de o tratamento ser efetivo ou aumentar o risco de lesão no paciente.

- Erros de dispensação: são os que estão mais relacionados com as atividades da farmácia hospitalar e englobam os erros de conteúdo (medicamento errado; concentração errada; forma farmacêutica errada; medicamento com desvio de qualidade; dispensação de medicamento prescrito sem horário, quantidade, concentração ou forma farmacêutica), rotulagem (podem gerar dúvidas no momento da dispensação e/ou administração) e documentação (ausência ou registro incorreto da dispensação de medicamentos controlados, ausência de data na prescrição, ausência de assinatura do prescritor ou do dispensador) (ANACLETO, 2010).

- Erros de administração: são quaisquer desvios no preparo e/ou administração de medicamentos mediante prescrição médica, relacionados à não observância dos protocolos e procedimentos operacionais padrão do hospital ou das instruções técnicas do fabricante do produto.

O instrumento apresenta listados 24 tipos de PRMs, que foram selecionados segundo a probabilidade de ocorrência nas práticas do HU-UNIVASF. Segue a lista dos PRMs, observadas nas prescrições e suas respectivas definições:

- (1) **Medicamento duplicado:** mesmo medicamento prescrito, com posologias iguais ou diferentes e/ou formas farmacêuticas iguais ou diferentes.
- (2) **Omissão da via de administração:** quando não está explícita a via de administração dos medicamentos.
- (3) **Via de administração inadequada:** via de administração diferente da recomendada para aquele medicamento/forma farmacêutica.
- (4) **Omissão da forma farmacêutica:** quando não está explícita a forma farmacêutica dos medicamentos.
- (5) **Omissão do diluente:** não está explícito o diluente a ser empregado no preparo dos medicamentos.
- (6) **Omissão do tempo:** não está explícito o tempo de infusão dos medicamentos.
- (7) **Omissão da velocidade de infusão:** não está explícita a velocidade a ser empregada na administração dos medicamentos. Não considerar como erro caso os medicamentos estejam prescritos “a critério médico”.
- (8) **Velocidade de infusão inadequada:** velocidade prescrita para administração dos medicamentos diferente da velocidade recomendada.
- (9) **Tempo de infusão inadequado:** prescrição que apresenta um tempo de infusão em desacordo com o recomendado na literatura.
- (10) **Omissão da dose:** não está explícita a dose prescrita dos medicamentos.
- (11) **Sobredose:** medicamento prescrito acima da dose máxima recomendada.
- (12) **Subdose:** medicamento prescrito abaixo da dose terapêutica mínima recomendada.
- (13) **Omissão da concentração:** quando não está explícita a concentração dos medicamentos.

- (14) **Concentração inadequada:** quando as concentrações dos medicamentos prescritos estão diferentes das recomendadas. Ou seja, todo medicamento prescrito que não corresponder à concentração disponível no hospital, será considerado como concentração inadequada.
- (15) **Omissão da frequência:** não está explícita a frequência de administração dos medicamentos.
- (16) **Frequência inadequada:** a frequência de administração dos medicamentos prescritos difere da recomendada.
- (17) **Ausência de dose máxima para medicamentos “se necessário”:** não explícita a dose máxima diária tolerada do medicamento, caso seja necessário seu uso.
- (18) **Medicamento não indicado:** medicamento inadequado para o tratamento pretendido. Não considerar como erro os usos “off-label” descritos na literatura.
- (19) **Medicamento contraindicado:** recomendação de não usar o medicamento sob determinada condição clínica apresentada pelo paciente.
- (20) **Duplicidade terapêutica:** mais de um medicamento da mesma classe/mecanismo. Avaliar a necessidade de sinergismo de acordo com a condição clínica do paciente, pois esses casos não são considerados erro de prescrição.
- (21) **Reconstituente inadequado:** reconstituintes errôneos e/ou incompatíveis com os medicamentos.
- (22) **Diluyente inadequado:** diluyente prescrito para ser empregado no preparo de medicamentos diferente do recomendado.
- (23) **Interação medicamentosa:** reação química, física ou farmacológica entre dois ou mais medicamentos utilizados concomitantemente.
- (24) **Outros:** quaisquer outros PRMs não descritos anteriormente.

- INTERVENÇÕES

No processo de cuidado, identificam-se problemas que podem ocasionar resultados negativos relacionados a farmacoterapia. Ao analisar suas causas, o farmacêutico deverá fazer intervenções com outros profissionais de saúde, devendo as mesmas serem documentadas, com o objetivo de resolver ou prevenir a ocorrência dos problemas, na perspectiva de continuidade do cuidado (CFF, 2016).

Após a realização da análise da prescrição e de se assinalar no campo “Problemas Relacionados a Medicamentos”, as intervenções deverão ser realizadas, podendo estas serem acerca de assuntos relacionados à medicamentos prescritos, bem como outros temas relacionados à farmácia. Para este fim, nesta seção o farmacêutico documenta de quais PRMs resultaram estas intervenções, indica as numerações dos PRMs marcados na seção anterior e a data em que foram realizadas as intervenções. Assinala-se no formulário se as

intervenções realizadas foram aceitas, não aceitas ou consensuadas e qual foi o profissional de saúde abordado, podendo ser médico, enfermeiro, interno, residente ou outro.

O campo “PRMs: Erros de medicação” deve ser assinalado se a prescrição analisada apresentar desacordo com as práticas clínicas estabelecidas, sem justificativa baseada em evidências científicas, considerando-se como decisão ou redação inadequadas, que pode reduzir a efetividade do tratamento ou aumentar o risco de lesão no paciente. São exemplos de “PRMs: Erros de medicação”: itens duplicados; medicamentos acima ou abaixo da dose recomendada; via de administração inapropriada; omissão da via, dose ou frequência de administração; medicamentos que causam reação alérgica ao paciente; diluente, diluição e/ou tempo de infusão inadequados; prescrições contendo potenciais interações e/ou incompatibilidades entre os itens (ROSSO, et al., 2009).

O campo “RAMs” é assinalado se houver reações adversas, que se trata de um efeito nocivo, indesejável. No caso de RAMs, marcar sempre que observar quaisquer sinais e/ou sintomas que tenham correlação com as reações adversas descritas para os medicamentos prescritos. Atentar-se para os medicamentos rastreadores de reações adversas disponíveis no Instrumento de Busca Ativa de Reações Adversas a Medicamentos, preenchendo o mesmo quando houver quaisquer manifestações clínicas que deem indícios de RAMs. Além disso, estimular o restante da equipe de saúde a fazer a notificação dos casos no VIGIHOSP.

Ao identificar as inadequações, por vezes, se faz necessário a comunicação do farmacêutico com outros profissionais. Inicialmente, deve-se compreender que alguns profissionais dificilmente permitem que os outros ditem padrões de prática profissional e ao entender a abordagem farmacêutica de forma errônea, podem complicar a comunicação interprofissional e, conseqüentemente, a saúde do paciente. A finalidade das intervenções é promover o cuidado ao paciente, o que exige uma comunicação efetiva com os demais membros da equipe de saúde, incluindo médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, odontólogos, nutricionistas, psicólogos, outros farmacêuticos ou qualquer outro profissional relacionado (SOUZA; SILVA; MESQUITA, 2015).

Neste sentido, para que o farmacêutico possa se comunicar de maneira eficaz, é importante entender o significado da comunicação, identificando os seus diferentes estilos e os fatores que interferem neste processo. A interpretação correta da associação entre a comunicação verbal e não verbal (expressão facial, gestos, contato visual, entre outros) ou escrita (quando possível) pode trazer resultados positivos para a relação entre farmacêuticos e demais profissionais de saúde (SOUZA; SILVA; MESQUITA, 2015).

A comunicação interprofissional é de grande importância no processo de cuidado, desde a coleta, troca de informações sobre o paciente, os problemas relacionados à farmacoterapia, as intervenções efetuadas, a discussão de casos clínicos, até a realização de atividades de suporte e fornecimento de outras informações à equipe. Para que a comunicação seja efetiva, é fundamental que o farmacêutico desenvolva habilidades de

comunicação, possibilitando a construção de relacionamentos com os demais membros da equipe para a resolução dos PRMs (LYRA JÚNIOR; MESQUITA; SANTOS, 2013).

Assim, para desencadear a conversa com os outros profissionais, é importante cultivar algumas habilidades pessoais, como a empatia, a eloquência, o interesse e a capacidade de negociação. A literatura mostra que a dificuldade de comunicação dos farmacêuticos com outros profissionais da saúde é recorrente, especialmente com os médicos. Para sanar tal problema, é imprescindível que o farmacêutico esteja preparado em relação ao conteúdo e às fontes de informação utilizadas, apresentando as ideias de maneira clara e estando disposto a negociar (MAK et al., 2012).

O farmacêutico deve estar confortável em relação ao seu papel na equipe de saúde, confiante em seus conhecimentos, habilidades e atitudes, e consciente de que pode contribuir para o cuidado ao paciente. Adicionalmente, durante a comunicação interprofissional, é importante que esta seja clara e objetiva, além de utilizar de forma adequada todos os recursos envolvidos no processo, como a escuta ativa, a assertividade, a empatia e o respeito, demonstrando a importância da colaboração dos diferentes profissionais com suas competências, com foco no mesmo objetivo: o paciente (TIETZE, 2011).

Por fim, no instrumento, deve-se registrar uma breve descrição do manejo da intervenção realizada, e, posteriormente, deve ser verificado se houve impacto na prescrição, ou seja, se a intervenção foi acatada e resolvida pelo outro profissional envolvido. As notas realizadas no documento de intervenções farmacêuticas servem como registro e geram indicadores dos serviços clínicos prestados. Dessa forma, o farmacêutico é o responsável pela qualidade e autenticidade dos seus registros, bem como pela guarda e manuseio dessas informações, em consonância com as regulamentações vigentes (CFF, 2016).

A documentação dos serviços farmacêuticos executados é essencial e obrigatória, conforme regulamentam a Resolução nº 585/2013 do CFF e a RDC/Anvisa nº 44/2009. Os registros, sejam eles informatizados ou manuais, dos serviços executados, devem ser realizados afim de propiciar disponibilidade de informação a todos os envolvidos no cuidado, garantir o sigilo, a agilidade de consulta e a confiabilidade das informações relativas ao estado de saúde do paciente, às intervenções realizadas e aos resultados obtidos (CFF, 2011, 2013, 2016).

Algumas das informações importantes que devem ser avaliadas em todas as prescrições para possíveis intervenções, são: compatibilidade entre os itens da prescrição e seus diluentes, se as doses e tempo de infusão estão adequados, entre outros. Para isso, conta-se com o auxílio de Guias e Boletins Informativos. Dentre os Guias consultados estão: Guia de Diluição e Estabilidade de Medicamentos, Guia de Doses Máximas e Mínimas e Guia de Administração de Medicamentos por Sonda, todos do HU-UNIVASF. Dentre os Boletins estão: Boletins de Medicamentos Multidoses, Antibióticos de Uso em Bomba de Infusão, Medicamentos Fotossensíveis, Medicamentos Termolábeis, Medicamentos Potencialmente Perigosos (MPP), Medicamentos

Padronizados, e Medicamentos Complementares da NPT. Esses informativos ficam disponíveis na farmácia e na pasta de Assistência Farmacêutica, localizada na Área de Trabalho dos computadores do HU-UNIVASF. Além disso, os mesmos podem ser acessados através do link <http://www2.ebserh.gov.br/web/hu-univasf/saude/setor-de-farmacia-hospitalar/publicacoes>.

Por meio do processo de intervenção o profissional farmacêutico pode colaborar para a prevenção e redução de PRMs nas instituições hospitalares. E, inserido na equipe multidisciplinar, o farmacêutico clínico do HU-UNIVASF atua de forma mais efetiva no que diz respeito às intervenções farmacêuticas após o acompanhamento e avaliação das prescrições, a participação nas visitas multidisciplinares e disponibilizando-se como uma fonte de consulta rápida para a equipe sobre segurança dos medicamentos, assim como fornecendo orientação e educação continuada quando solicitados (ROSSO, et al., 2009).

8 INDICAÇÕES

Esse protocolo deverá ser aplicado a todos os pacientes internados na Unidade de Cuidados Intensivos e Semi-Intensivos (UCISIN) e na Sala de Cuidados Intermediários (Sala amarela) do HU-UNIVASF.

9 LIMITAÇÕES

O presente protocolo ainda não apresenta aplicabilidade em todo o hospital devido a limitações da equipe de farmácia clínica, que conta com um quantitativo restrito de farmacêuticos. Essa limitação somada com a grande quantidade de pacientes internados no HU-UNIVASF, impossibilita, atualmente, que as análises minuciosas das prescrições sejam realizadas com todos os pacientes.

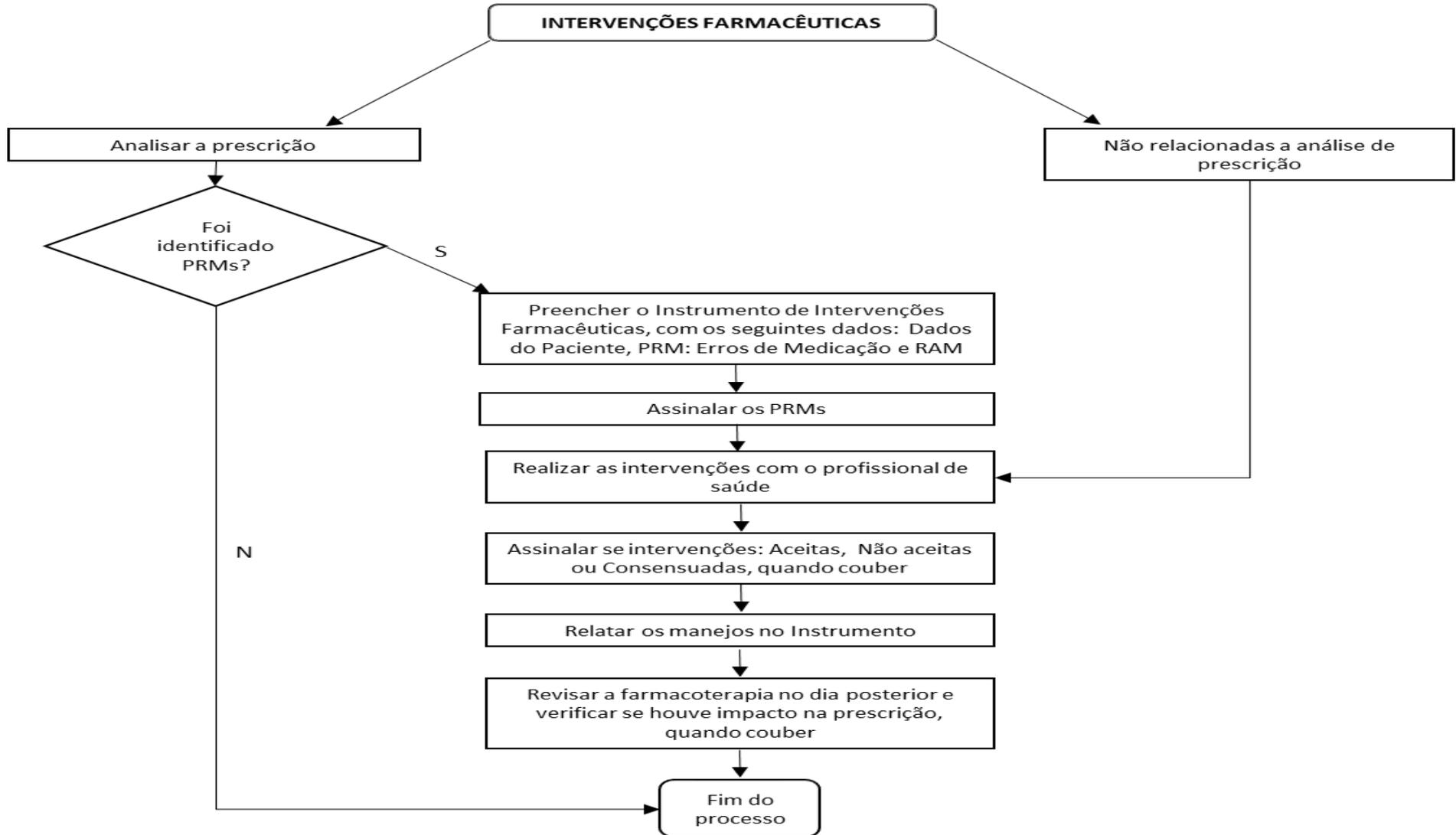
10 REGISTRO

Todas as atividades devem ser sempre registradas. As intervenções farmacêuticas também contam com instrumento próprio que deve ser preenchido de acordo com o setor de internação para cada paciente que esse serviço foi ofertado, garantindo assim o registro mais minucioso de todas as etapas realizadas. Toda a documentação, em papel ou formato eletrônico, deve ser mantida no estabelecimento por, no mínimo, cinco anos, a contar da última anotação, permanecendo, nesse período, à disposição dos órgãos de vigilância sanitária e profissionais competentes para a fiscalização, salvo prazos maiores estabelecidos pela autoridade sanitária, relacionados a produtos específicos. No contexto da atuação do farmacêutico em equipes multiprofissionais de saúde, vale a determinação de 20 (vinte) anos para o arquivamento das informações, a contar da última anotação, podendo ser utilizado o formato eletrônico (CFF, 2011).

11 RISCOS RELACIONADOS

Todos os eventos adversos envolvendo erros de medicação, com ênfase no presente documento, devem ser notificados de acordo com a legislação vigente e investigados pelo serviço. Assim, é de suma importância que os profissionais estejam sensibilizados a realização da notificação através da utilização do VIGIHOSP, que é o software de Gestão de Riscos e Segurança do Paciente, o qual tem o objetivo de centralizar as notificações sobre incidentes ou queixas de fatos ocorridos no HU-UNIVASF.

12 FLUXOGRAMA INTERVENÇÕES FARMACÊUTICAS



BIBLIOGRAFIA

1. AIZENSTEIN, M. L.; TOMASSI, M. H. Problemas relacionados a medicamentos; reações adversas a medicamentos e erros de medicação: a necessidade de uma padronização nas definições e classificações. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 32, n. 2, p. 169-173, 2011.
2. ANACLETO, T.A. et al. Medication errors and drug-dispensing systems in a hospital pharmacy. **Clinics**, v. 60, n.4, p.235-239, 2005.
3. BARBANEL, D.; ELDRIDGE, S.; GRIFFITHS, C. Can a self-management programme delivered by a community pharmacist improve asthma control? A randomised trial. **Thorax**, London, v. 58, n. 10, p. 851-854, 2003.
4. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Competências para a atuação clínica do farmacêutico: relatório do I Encontro Nacional de Educadores em Farmácia Clínica e Matriz de Competências para a Atuação Clínica / Conselho Federal de Farmácia. – Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2017.
5. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução CFF nº 585 de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do Farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, v. 29, 2013.
6. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução nº. 555, de 30 de novembro de 2011. Regulamenta o registro, a guarda e o manuseio de informações resultantes da prática da assistência farmacêutica nos serviços de saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 2011d. Seção 1, p. 188.
7. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). **Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual**. Conselho Federal de Farmácia. Brasília: 200 p, 2016.
8. CONSENSO BRASILEIRO DE ATENÇÃO FARMACÊUTICA - PROPOSTA. *Atenção Farmacêutica no Brasil: "Trilhando Caminhos"*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 24p. 2002.

9. EBSEH, HU- Lauro Wanderley, Disponível em:< <http://www2.ebserh.gov.br/web/hulw-ufpb/unidade-de-farmacia-clinica>> acesso dia 12 de setembro de 2019, às 10:42.
10. EBSEH, HU-UNIVASF, Disponível em: < <http://www2.ebserh.gov.br/web/hu-univasf/saude/setor-de-farmacia-hospitalar/publicacoes>> acessado no dia 11 de setembro de 2019 às 18:15.
11. EMMERTON, L.; SHAW, J.; KHEIR, N. Asthma management by New Zealand pharmacists: a pharmaceutical care demonstration project. **Journal of clinical pharmacy and therapeutics**, Oxford, v. 28, n. 5, p. 395-402, 2003.
12. HERBORG, H. et al. Improving drug therapy for patients with asthma-part 1: patient outcomes. **Journal of the American Pharmaceutical Association: APhA**, Washington, v. 41, n. 4, p. 539-550, 2001a.
13. JACKSON, S. L. et al. Improving the outcomes of anticoagulation: an evaluation of home follow-up of warfarin initiation. **Journal of internal medicine**, Oxford, v. 256, n. 2, p. 137-144, 2004.
14. JANEIRO, D. I. et al. Problemas Relacionados aos Medicamentos (PRM's) em pacientes pediátricos de um hospital no município de Campina Grande, Paraíba, Brasil. **Lat. Am. J. Pharm**, v. 27, n. 5, p. 681-7, 2008.
15. KHEIR, N.; EMMERTON, L.; SHAW, J. Can pharmacists influence the health-related quality of life of patients with asthma? the New Zealand pharmaceutical care experience. **Journal for scientific research Medical sciences**, Al-Khod, v. 3, n. 2, p. 69-75, 2001.
16. LIMA, L. F. et al. Orientação farmacêutica na alta hospitalar de pacientes transplantados: estratégia para a segurança do paciente. **Einstein (São Paulo)** [online], Vol. 14 n.3, 2016.
17. LYRA JÚNIOR, D. P.; MESQUITA, A. R.; SANTOS, A. C. O. Comunicação e relacionamento entre o farmacêutico e os pacientes. In: CARVALHO, F. D.; CAPUCHO, H. C.; BISSON, M. P. (Orgs.). **Farmacêutico hospitalar: conhecimentos, habilidades e atitudes**. Barueri, SP: Manole, 2013. v. 1, p. 232-238.

18. MAK, V. S. et al. Pharmacists' awareness of Australia's health care reforms and their beliefs and attitudes about their current and future roles. **The International journal of pharmacy practice**, London, v. 20, n. 1, p. 33-40, 2012.
19. MANGIAPANE, S. et al. Community pharmacy-based pharmaceutical care for asthma patients. **The Annals of pharmacotherapy**, Cincinnati, v. 39, n. 11, p. 1817-1822, 2005.
20. MCGIVNEY, M. S. et al. Medication therapy management: its relationship to patient counseling, disease management, and pharmaceutical care. **Journal of the American Pharmacists Association: JAPhA**, Washington, v. 47, n. 5, p. 620-628, 2007.
21. OLIVEIRA, L. T. A. D. G. et al. . As boas práticas de farmácia no Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis. **Einstein**, São Paulo , v. 14, n. 3, p. 415-419, Sept. 2016 .
22. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Medication Errors: Technical Series on Safer Primary Care, 2016.
23. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica: Proposta. Brasília: OPAS, 24 p, 2002.
24. PATTERSON SM, HUGHES C, KERSE N, CARDWELL CR, BRADLEY MC. Interventions to improve the appropriate use of polypharmacy for older people. **Cochrane Database Syst Rev**. v. 5. 2012.
25. Pharmaceutical Care Network Europe Foundation (PCNE). Classification for drug related problems [Internet]. Genebra: The PCNE Classification V 6.2; 2009.
26. ROSA, M.B.; ANACLETO, T.A.; PERINI, E. Erros de medicação: um problema de saúde pública. **In: STORPIRTIS, S. et al. Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 251-257, 2008.

27. ROSSO, Roberta et al. Erros de Medicação: Aspectos Conceituais e Teóricos. **Infarma-Ciências Farmacêuticas**, v. 21, n. 11/12, p. 21-28, 2009.
28. SAINI, B.; KRASSS, I.; ARMOUR, C. Development, implementation, and evaluation of community pharmacy-based asthma care model. **The Annals of pharmacotherapy**, Cincinnati, v. 38, n. 11, p. 1954-1960, 2004.
29. SANTOS, N. S. et al. Intervenções para reduzir a prescrição de medicamentos inapropriados para idosos. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 53, 7, 2019.
30. SCHULZ, M. et al. Pharmaceutical care services for asthma patients: a controlled intervention study. **Journal of clinical pharmacology**, Stamford, v. 4, n. 6, p. 668-676, 2001.
31. SILVA, A. E. B. de C. et al. Problemas na comunicação: uma possível causa de erros de medicação. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.20, n.3, p. 272-276, 2007.
32. SILVA, A. M. S. Erros de prescrição médica de pacientes hospitalizados. **Einstein** (São Paulo), v. 7, n. 3, p. 290-4, 2009.
33. SOUZA, T. T.; SILVA, W.B.; MESQUITA, A. R. **Curso online: prescrição farmacêutica no manejo de problemas de saúde: Habilidades comunicativas do farmacêutico**. Modulo 2. Unidade 2. Conselho Federal de Farmácia. ISBN 978-85-89924-13-9 30 p. 2015.
34. TIETZE, K. J. **Communication Skills for the Pharmacist**. In: _____. **Clinical Skills for Pharmacists: A Patient-Focused Approach**. 3. ed. St. Louis, Missouri: Elsevier-Mosby, p. 14-28, 2011.
35. UFSC. **Módulos de Seguimento Farmacoterapêutico**. In: **Gestão da Assistência Farmacêutica – especialização à distância**. Módulo optativo: conteúdos optativos. UFSC. Florianópolis: 49 f, 2011.
36. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **The importance of pharmaco-vigilance: safety monitoring of medicinal products**. Geneva, 2002.

APÊNDICE A

Hospital Universitário – Universidade Federal do Vale do São Francisco Superintendência - Gerência de Atenção à Saúde Setor de Farmácia Hospitalar – Farmácia Clínica			
INTERVENÇÕES FARMACÊUTICAS			
RESPONSÁVEL:			
DADOS DO PACIENTE			
NOME:			
CIDADE/ESTADO:		LEITO:	NR PRONTUÁRIO:
PROBLEMAS RELACIONADOS A MEDICAMENTOS (PRM)			
(1) MEDICAMENTO DUPLICADO	(10) OMISSÃO DA DOSE	(18) MEDICAMENTO NÃO INDICADO	
(2) OMISSÃO DA VIA DE ADMINISTRAÇÃO	(11) SOBRODOSE	(19) MEDICAMENTO CONTRAINDICADO	
(3) VIA DE ADMINISTRAÇÃO INADEQUADA	(12) SUBDOSE	(20) DUPLICIDADE TERAPÊUTICA	
(4) OMISSÃO DA FORMA FARMACÊUTICA	(13) OMISSÃO DA CONCENTRAÇÃO	(21) RECONSTITUINTE INADEQUADO	
(5) OMISSÃO DO DILUENTE	(14) CONCENTRAÇÃO INADEQUADA	(22) DILUENTE INADEQUADO	
(6) OMISSÃO DO TEMPO	(15) OMISSÃO DA FREQUÊNCIA	(23) INTERAÇÃO MEDICAMENTOSA	
(7) OMISSÃO DA VELOCIDADE DE INFUSÃO	(16) FREQUÊNCIA INADEQUADA	(24) OUTROS	
(8) VELOCIDADE DE INFUSÃO INADEQUADA	(17) AUSÊNCIA DE DOSE MÁXIMA PARA		
(9) TEMPO DE INFUSÃO INADEQUADO	MEDICAMENTOS PRESCRITOS "SE NECESSÁRIO"		
INTERVENÇÕES			
PRM:		DATA:	
INTERVENÇÃO: ACEITA [] NÃO ACEITA [] CONSENSUADA []		INTERVENÇÃO COM IMPACTO NA PRESCRIÇÃO []	
PROFISSIONAL: () MÉDICO () ENFERMEIRO () RESIDENTE () INTERNO () OUTROS:			
PRM: ERRO DE MEDICAÇÃO: () SIM () NÃO		REAÇÃO ADVERSA: () SIM () NÃO	
MANEJO			
PRM:		DATA:	
INTERVENÇÃO: ACEITA [] NÃO ACEITA [] CONSENSUADA []		INTERVENÇÃO COM IMPACTO NA PRESCRIÇÃO []	
PROFISSIONAL: () MÉDICO () ENFERMEIRO () RESIDENTE () INTERNO () OUTROS:			
PRM: ERRO DE MEDICAÇÃO: () SIM () NÃO		REAÇÃO ADVERSA: () SIM () NÃO	
MANEJO			
PRM:		DATA:	
INTERVENÇÃO: ACEITA [] NÃO ACEITA [] CONSENSUADA []		INTERVENÇÃO COM IMPACTO NA PRESCRIÇÃO []	
PROFISSIONAL: () MÉDICO () ENFERMEIRO () RESIDENTE () INTERNO () OUTROS:			
PRM: ERRO DE MEDICAÇÃO: () SIM () NÃO		REAÇÃO ADVERSA: () SIM () NÃO	
MANEJO			

Fonte: Instrumento adaptado da Ficha de Intervenção Farmacêutica do Hospital Universitário Lauro Wanderley, disponível em: <
<http://www2.ebserh.gov.br/documents/220250/1356232/Ficha+de+interven%C3%A7%C3%A3o+Farmac%C3%AAutica+.pdf/7cb2c0cd-cac6-4896-9259-dbbe6cfabfe7>>

UNIVASF

Hospital Universitário

EBSERH
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

Avenida José de Sá Maniçoba, S/N, Centro

CEP: 56304-205 | Petrolina - PE

Telefone: (87) 2101-6500

www.huunivasf.ebserh.gov.br